



QUEM MANDOU MATAR MARIELE?

CRIANÇAS PROTEGIDAS São CRIANÇAS VACINADAS

VIVA O SUS!



**DANDARA FONSECA,
5 ANOS**



**DAVI SEREMRAMIWE,
PRIMEIRA CRIANÇA VACINADA NO BRASIL**



**PEDRO GABRIEL,
11 ANOS**



**FRANCISCO UMPIERRE,
9 ANOS**

Terceira onda da Covid-19 faz com que Instituições de Ensino adiem retorno presencial

Pág. 6 e 7

O que esperar de 2022? Conversamos com Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, que comentou sobre a unidade da luta para o ano que se inicia

Pág. 10 e 11

Por vacina no braço das crianças e disposição de luta em defesa dos serviços públicos!

As fotografias que preenchem a capa deste primeiro *Informandes* de 2022 renovam nossa força e coragem para seguirmos na luta durante este ano. As imagens de crianças brasileiras recebendo as vacinas contra a covid-19 confirmam o papel central da ciência, da saúde e da educação públicas como direitos fundamentais para a vida da classe trabalhadora. Num país que teve mais de 620 mil mortos vítimas do negacionismo, do anticientificismo e da política de morte do governo de Bolsonaro/Mourão, ver essa nova etapa da vacinação infantil é um alento, embora saibamos também que não são poucas as dificuldades no processo de imunização, como é o caso do acesso limitado às vacinas por parte das crianças indígenas.

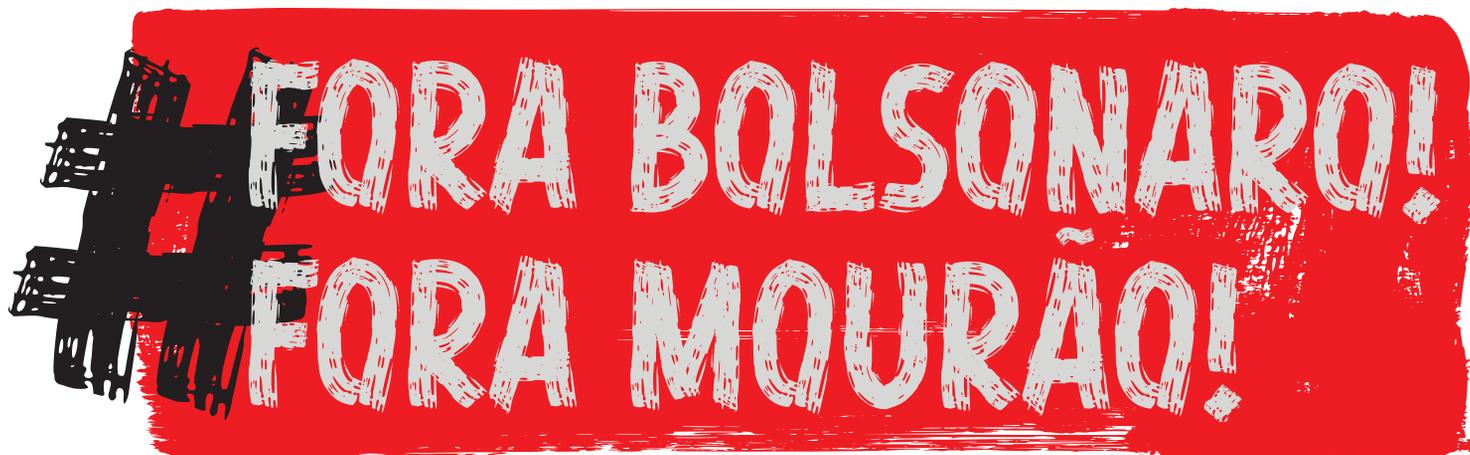
E se 2021 foi um ano em que saíamos novamente às ruas e não arrefecemos na defesa dos serviços públicos, neste novo ano já iniciamos a construção da unidade com o conjunto dos servidores(as) públicos pela reposição salarial, considerando a

profunda defasagem e as perdas salariais que temos acumulado nos últimos anos. Somado a isso, se coloca a necessidade da luta pela revogação do teto dos gastos e a continuidade das mobilizações contra a PEC 32, da contrarreforma administrativa. Por isso, convocamos a categoria a realizar assembleias nas seções sindicais a fim de discutir a construção da greve da categoria em unidade com os Servidores Públicos Federais, junto ao Fonasefe e Fonacate. A agenda de luta prevê um crescente de mobilizações e a construção da greve para o mês de março.

A presidenta do sindicato, Rivânia Moura, em entrevista a este *Informandes*, destaca os desafios que a categoria enfrentará com o aprofundamento da política de ajuste fiscal, aliada a uma política com traços antidemocráticos e a retirada de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora. Destaca também as dificuldades colocadas diante da terceira onda da pandemia e ainda uma conjuntura atravessada pelo ano eleitoral.

Por fim, incerteza e preocupação tomam conta da retomada das aulas presenciais nas instituições de ensino públicas brasileiras, considerando o aumento de casos de covid-19 devido à variante Ômicron e também à gripe *Influenza*. Diversas universidades em todo o país suspenderam as suas atividades presenciais, motivadas pela terceira onda de casos e as altas taxas de internações, mas também não nos falta preocupação com a inexistência, em muitos casos, de um plano sanitário adequado nas instituições, bem como as consequências dos cortes orçamentários na educação pública.

O ano de 2022 exigirá de nossa categoria muita disposição para organizamos nossa indignação diante de tantos ataques, rumo à greve dos(as) servidores(as) e em defesa dos serviços públicos para a classe trabalhadora. Não podemos arrefecer nossas lutas; é tempo de fortalecer o nosso sindicato, instrumento histórico e coletivo de luta, e avançar!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Revisão: Renata Maffezoli

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli e Luís Andrade

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Servidores federais constroem greve unificada por reposição salarial e em defesa dos serviços públicos



Diante dos tantos ataques aos serviços públicos e às categorias que o compõem, as entidades representativas reunidas no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) vêm discutindo a necessidade de uma greve geral do funcionalismo. Após anos de perdas salariais, de constantes retiradas de direitos e desmontes, servidoras e servidores compreenderam ser necessária a construção de uma resposta mais contundente para pressionar o governo federal a atender às reivindicações do conjunto das categorias.

Em 29 de dezembro, representantes das entidades que integram o Fórum se reuniram para debater a necessidade da construção de uma greve geral do funcionalismo público já no primeiro trimestre de 2022.

“A greve por reposição salarial, pela isonomia salarial, como previsto na Constituição, está em processo de construção nos SPF, após o anúncio de Bolsonaro de conceder reajuste apenas a uma categoria. Isso, acumulado com as perdas salariais e toda a precarização dos serviços públicos, convoca as categorias a lutar. Até porque, não há negociação e diálogo com esse governo. O processo desencadeado no âmbito do Fonasefe indicou a necessidade de construção da greve a partir da autonomia e deliberação

de cada categoria. No ANDES-SN, após a reunião do Setor das Ifes (12/01), deliberamos pela greve unificada dos SPF e, como é do nosso método, realizar rodada de assembleias de 17 de janeiro a 11 de fevereiro [para deliberação na base da categoria docente]”, explica Regina Ávila, secretária geral do ANDES-SN.

A reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN indicou, às assembleias, debater e deliberar sobre a construção de greve unificada do SPF com a pauta da reposição salarial (índice definido no Fonasefe), condições de trabalho e revogação da EC 95 e, ainda, a construção de uma pauta específica da educação com as demais entidades que atuam nas IFE.

No dia 14 de janeiro, o Fonasefe se reuniu e definiu um calendário de mobilização para a construção da greve que prevê um dia nacional de lutas, plenária ampliada, atos nos estados e na abertura do ano legislativo no Congresso Nacional (ver box). No dia 18, deram início à jornada de lutas rumo à construção da greve geral com atos em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia e protocolo da pauta de reivindicações.

Reivindicações

Além da defesa dos serviços públicos, de melhores condições de trabalho e ainda pela revogação da EC 95 e retirada

de pauta da PEC 32, as e os servidores lutam pela reposição do poder de compra de seus salários, corroídos pela inflação acumulada nos últimos anos.

Embora não tenham recebido qualquer reajuste antes de 2019, a reivindicação que será protocolada pelo Fonasefe junto ao Executivo federal focará nas perdas acumuladas durante o período de governo de Jair Bolsonaro, que já somam 19,99%, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA/IBGE).

Em reunião, representantes do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN indicaram a realização de rodada de assembleia na base da categoria, até 11 de fevereiro, para deliberar também sobre a necessidade de construção de de uma pauta específica da Educação, com as demais entidades que atuam nas instituições federais de ensino.

A secretária-geral do ANDES-SN lembrou as lutas empenhadas em 2021 contra os ataques aos servidores e às servidoras e aos serviços públicos e demais direitos da população e destaca o papel fundamental da categoria docente nesse processo.

“O ANDES-SN participou ativamente das mobilizações contra a PEC 32 e pelo Fora Bolsonaro e isso demonstrou a importância do Sindicato Nacional e o quanto a nossa categoria está mobilizada em defesa dos direitos sociais e da educação pública. A mobilização contra a PEC 32 cria a condições de partirmos para a greve unificada dos SPF e o ANDES-SN foi protagonista nesse processo”, ressaltou.



CONFIRA A AGENDA DE LUTAS DEFINIDA PELO FONASEFE:

- 18/01** - Dia Nacional de Mobilização/ ministério da economia para protocolar a pauta de reivindicações; ato em frente ao Banco Central;
- 24/01** - Celebrar o Dia Nacional de luta dos aposentados;
- 27/01** - Plenária virtual dos servidores;
- 28/01** - Coletiva de Imprensa sobre os encaminhamentos aprovados na Plenária;
- 02/02** - Ato em Brasília na abertura do ano legislativo;
- 14 a 25/02** - Jornada de luta (Estado de greve);
- 09/03** - Deflagração da Greve pelas categorias.

Seções Sindicais realizam ações de solidariedade às famílias atingidas pelas enchentes na BA e MG



Foto: ADUSB

Solidariedade na Bahia

As fortes chuvas que atingem o país desde dezembro, aliadas ao descaso de boa parte dos governantes com a questão da moradia e da infraestrutura urbana, provocaram alagamentos em diversos estados brasileiros. Ademais, a redução de 75% do orçamento de 2021 para o Ministério de Desenvolvimento Regional - principal responsável por programas para conter eventos climáticos extremos - agravou a situação neste ano. O recurso passou de R\$ 714 milhões, em 2020, para R\$ 171 milhões no ano passado. Além da redução, o orçamento de 2021 foi todo empenhado tardiamente, no último dia do ano.

Famílias ficaram isoladas, casas foram cobertas pela água e, em alguns casos, soterradas, e milhares de pessoas ficaram desalojadas e desabrigadas no país. Na

Bahia, 191 municípios foram afetados pelas enchentes e, desse total, 175 decretaram situação de emergência, conforme dados divulgados pela Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec) no dia 12 de janeiro. Até o momento, são 27.210 pessoas desabrigadas, 59.637 desalojadas, 2 desaparecidas, 26 mortas e 523 feridas. O total de atingidas é de 856.917 pessoas.

Associações dos docentes das universidades estaduais da Bahia (UEBA), seções sindicais do ANDES-SN, em unidade com diversas entidades e movimentos sociais, têm realizado uma série de ações em solidariedade às famílias vítimas das inundações no estado.

Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN, contou que as populações de bairros localizados nas cidades de Itabuna e norte de Ilhéus, no sul do estado, e em

outras comunidades, ficaram isoladas diante das fortes chuvas ocorridas no período entre 24 a 30 de dezembro e que, frente à ausência dos governos, a comunidade da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) resgatou o projeto Uesc Solidária, iniciado durante a pandemia da Covid-19 para ajudar as pessoas que perderam as suas rendas. O ANDES-SN destinou recursos do seu Fundo Nacional para a Adusc SSind. utilizar nas ações de solidariedade emergencial às vítimas.

“Nesse primeiro momento houve uma ausência completa do poder público, que demorou muito para enviar assistentes sociais para cadastrar as famílias desabrigadas. Somente a partir do dia 30 é que esse cadastramento começou a ser feito e de uma forma muito desarticulada entre as três esferas: municipal, estadual e federal”, contou Blume.

Com as doações financeiras foi possível abastecer as cozinhas dos abrigos com mantimentos e doar colchões e cestas básicas. Além disso, a AduSc SSind. e demais parceiros conseguiram abrigos às famílias desabrigadas nas escolas municipais e no hospital veterinário da Uesc.

“Recebemos muitas doações, mas elas estão caindo rapidamente. Precisamos de auxílio das seções sindicais, do ANDES-SN e da população em geral para reforçar as nossas ações. Muitos desalojados e desabrigados não tem como voltar as suas casas, por não tê-las mais. As doações precisam continuar, no mínimo, por mais um mês”, ressaltou Arturo Samana, presidente da AduSc SSind.

Em Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, as chuvas também não deram trégua e famílias ficaram desalojadas e desabrigadas. A Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (AduSB SSind.) já doou R\$ 15 mil de seu caixa para ações realizadas nos três municípios afetados. Colchões, cestas básicas, roupas, fogões, água, são alguns dos produtos recebidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) para atender a população afetada pelos temporais na região sul do estado.

A seção também lançou uma campanha em solidariedade às vítimas dos alagamentos, que já conta com doações do caixa nacional do ANDES-SN, de seções sindicais, e de pessoas físicas como docentes da Uesb e de outras instituições. Com a arrecadação, outros municípios afetados pelas chuvas foram contemplados, além de comunidades quilombolas, acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras sem terras e indígenas. Docentes da Uesb têm ajudado a seção sindical no cadastramento e na distribuição das doações.

Segundo Alexandre Galvão, presidente da AduSB SSind., até o momento, cerca de 200 famílias já foram receberem ajuda. “Há famílias que perderam tudo, sem ter condições de adquirir móveis e reformar suas casas. Tivemos municípios que ficaram submersos em quase sua totalidade. Uma tragédia de proporções gigantescas”, afirmou.

Para Galvão, o desmatamento e a falta de cuidado com as regiões próximas aos rios contribuíram para a situação. “É papel do poder público, após essas ajudas emergenciais, reconstruir as regiões mais afetadas e oferecer às famílias atingidas mais diretamente todas as condições para que elas possam reconstruir suas casas ou ter acesso aos meios de trabalho que



FOTO: GUILHERME LEMARDO | IMPRENSA UESB

O Governo de Minas Gerais decretou situação de emergência em mais 27 municípios afetados por chuvas intensas

porventura tenham sido destruídos pelas enchentes. Além disso, compete ao poder público criar ações preventivas tais como: desobstrução de canais pluviais, limpeza de canais, rede de esgoto, proteção de encostas e reflorestamento”, alertou.

Marcos Tavares, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN, destacou a importância do trabalho que tem sido realizado pelas seções sindicais. “A Regional Nordeste já vinha trabalhando em dezembro desde as primeiras chuvas em Itamaraju, na região de Teixeira de Freitas [extremo-sul do estado], apoiando as entidades na distribuição de alimentos. E, agora, o ANDES-SN vem trabalhando junto com as suas seções sindicais nas regiões com campanhas de solidariedade, recolhendo doações e entregando às comunidades atingidas. Todas as seções sindicais da Bahia têm reunido esforços com ações de solidariedade para reduzir os impactos que as chuvas trouxeram na vida da população”, disse.

Chuvas em Minas Gerais

Centenas de cidades em Minas Gerais também enfrentam o caos após as fortes chuvas de dezembro e janeiro. Conforme dados divulgados, no dia 11 de janeiro, pela Defesa Civil do estado, 145 municípios estão em situação de emergência. Já são 3.481 desabrigados, 13.756 desalojados e 19 pessoas que morreram desde o início do período chuvoso, 1º de outubro. Por causa das investigações em andamento, os dados não incluíram as 10 mortes ocorridas no dia 8 de janeiro em Capitólio,

após o desabamento de um paredão de pedra no cânion da represa de Furnas.

No dia 9 de janeiro, 120 pessoas ficaram ilhadas em suas casas em pelo menos 10 cidades da região metropolitana da capital. No dia 13, um deslizamento de terra destruiu imóveis históricos em Ouro Preto. Todas as pessoas foram evacuadas de suas residências, o que evitou um desastre ainda maior.

A alta do Rio Doce tem causado muitos transtornos para Governador Valadares. A prefeitura informou que 6 mil pessoas estão desalojadas e 93 estão desabrigadas, por conta das inundações. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) paralisou as aulas no campus avançado de Governador Valadares, em razão da inundação de ruas e bairros com riscos para a segurança da comunidade acadêmica.

A Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (Apesjf – SSind.) tem apoiado a campanha de doações aos atingidos pelas chuvas em Governador Valadares, mais especificamente famílias da região de São Pedro e Santos Dumont, organizada por coletivos de arte e diversidade da região. Já a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop SSind.) tem sido parceira, com demais entidades, da campanha de doação organizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex/Ufop), e pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e prefeituras municipais da região. As cidades de Ouro Preto, Mariana, João Monlevade e Itabirito são as cidades contempladas pelas doações.

Instituições de ensino adiam retorno às atividades presenciais com terceira onda da Covid-19



Estudantes durante a segunda fase do vestibular da UNICAMP

Incerteza e preocupação marcam a decisão da retomada das aulas presenciais em diversas instituições de ensino públicas brasileiras. O país enfrenta um novo aumento de casos de Covid-19 devido à variante Ômicron. Na primeira semana de 2022, o número de casos do coronavírus no Brasil chegou a 208.018 pessoas contaminadas e 832 mortes. Na segunda semana, os casos duplicaram para 476.198 e 1034 mortes foram registradas, decorrentes do vírus, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). A Fiocruz em nota, no dia 12 de janeiro, divulgou dados sobre a ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Covid-19, que chegou na zona de alerta crítico em algumas capitais. A situação ainda tem sido agravada pela epidemia de H3N2, que é uma variante do vírus Influenza A.

Enquanto o quadro epidemiológico do país piora, o governo federal mais uma vez ignora o aumento de casos e não adota políticas eficazes ao combate da pandemia. O cancelamento da compra de 14 milhões de testes rápidos de antígeno para Covid-19, o atraso na vacinação de crianças e, ainda, a demora de duas semanas para normalizar os aplicativos do Ministério da Saúde, que garantem certificado eletrônico de vacinação e contém informações sobre o comportamento do vírus no país, são alguns dos exemplos.

Mesmo diante do aumento dos casos de Covid-19 no país nas primeiras semanas de janeiro, somente no dia 13, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, admitiu que o país enfrenta uma terceira onda da doença, enquanto especialistas em saúde já anunciavam a terceira onda desde outubro passado.

Suspensão do retorno presencial

Diversas universidades em todo o país suspenderam as suas atividades presenciais, motivadas pela terceira onda de casos de Covid-19, provocada pela variante Ômicron, e de Influenza.

No Rio de Janeiro, devido ao aumento da incidência de casos, as universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) suspenderam as atividades presenciais até o dia 31 de janeiro, exceto as consideradas essenciais.

Na Universidade Federal de Lavras (UFLA), a reitoria suspendeu as atividades letivas presenciais dos cursos de graduação em razão da mudança do cenário epidemiológico local, devido ao aumento expressivo do número de casos de Covid-19 no município de Lavras (MG). A suspensão ocorrerá até 29 de janeiro.

Na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o reitor informou que as atividades presenciais no campus A.C. Simões, em Maceió, estão suspensas até dia 23 de janeiro. A medida foi tomada para resguardar a saúde das servidoras e dos servidores, além das terceirizadas e dos terceirizados da universidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) também suspendeu as atividades presenciais, mas por tempo indeterminado. O retorno das servidoras e dos servidores administrativos, à exceção dos que fazem parte do grupo de risco, estava programado para o dia 10 de janeiro.

Diante do aumento de contaminações pelo coronavírus, do surto da H3N2 e do aumento de casos de dengue e Chikungunya em Goiás, o Grupo de Trabalho de Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG) emitiu um parecer técnico que recomendou a volta das atividades presenciais apenas no dia 31 de janeiro. A medida vale também para as atividades administrativas.

A Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe) também está com a volta para o ensino presencial marcada para o dia 31 de janeiro. As diretrizes do Conselho de Ensino da instituição determinam que pelo menos 70% das atividades devem ocorrer presencialmente e 30% da carga horária deve ser cumprida de forma remota e assíncrona.

Em outras universidades a volta às atividades presenciais ficou marcada para o mês de fevereiro. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (Uferpe), a retomada de 60% das atividades presenciais está marcada para 14 de fevereiro. Em Minas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV) deliberou pelo adiamento do retorno presencial das atividades acadêmicas do período híbrido de transição por duas semanas. O retorno presencial – inicialmente previsto para o dia 24 de janeiro – está marcado no dia 7 de fevereiro, nos três campi da UFV.

Já o Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) publicou uma provisão que altera o início da Fase II da ampliação do trabalho presencial de 15 de janeiro para 7 de fevereiro. A decisão segue a recomendação do Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus

e do Comitê Gestor do Plano de Contingência para a Covid-19 da Ufop, mantendo um contingente de ocupação máxima simultânea de 20% das servidoras e dos servidores.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) uma portaria publicada pela reitoria adiou para 7 de fevereiro a data do retorno das atividades presenciais na universidade, inicialmente prevista para 17 de janeiro.

Já a Universidade de Campinas (Unicamp) apresentou um plano de retomada com a definição de datas para o retorno das aulas presenciais em todas as modalidades de ensino oferecidas na universidade a partir do dia 3 de março. A Universidade de São Paulo (USP) tem o retorno das aulas presenciais previsto para o fim do primeiro trimestre, assim como a Universidade Federal da Bahia (Ufba). Na Ufba, apenas docentes, técnicos e técnicas, e estudantes completamente vacinados – com duas doses, dose única ou dose de reforço – poderão frequentar os espaços da universidade.

A Universidade Federal de Santa Maria (Ufsm) enviou um memorando para pró-reitorias, direções de centro, entidades de classes, entre outros, com a finalidade de iniciar uma consulta interna a respeito do retorno presencial para o primeiro semestre de 2022. A previsão é que as aulas retornem em 23 de março. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ufrn), conforme a proposta aprovada em instâncias deliberativas internas, o período letivo de 2022.1 acontecerá de 28 de março a 30 de julho de 2022.

A Universidade Federal de Itajubá (Unifei) afirmou, em nota, que manterá o retorno presencial às aulas a partir de 14 de março na graduação, e 21 de março na pós-graduação.

Segundo Elizabeth Barbosa, da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, é de extrema importância nesse momento adiar o retorno às atividades presenciais nas instituições para avaliar o comportamento da variante Ômicron, assim como é de suma importância construir o retorno presencial, em condições sanitárias seguras.

“Neste momento, estamos vivendo uma terceira onda e, daqui algumas semanas, começará a declinar os

casos. As universidades e os institutos públicos nunca foram tão atacados em termos de destituírem o ensino presencial com o Reuni digital e com as universidades oferecendo capacitação para o ensino a distância. Então, vivemos um momento muito ruim e com essa nova onda a gente acaba recuando, mas é importante continuar o planejamento e construir um retorno em condições sanitárias seguras, fazer a luta interna nas nossas instituições por melhores condições de trabalho e uma luta nacional pela recomposição do orçamento da Educação Pública”, defendeu.

MEC ataca mais uma vez autonomia universitária

Em mais uma tentativa de desmobilizar a vacinação e contrariando todas as previsões sobre o aumento do número de casos da Covid-19, o Ministério da Educação (MEC) publicou um despacho no Diário Oficial da União (DOU), às vésperas do final de 2021, que proibia as instituições federais de ensino de cobrar comprovante de vacinação no retorno das aulas. A decisão do ministro Milton Ribeiro surpreendeu reitoras e reitores de universidades, movimentos e entidades ligadas à Educação, que criticaram a medida e ameaçaram entrar na Justiça para reverter à situação.

O ANDES-SN endossou a nota em defesa da Saúde nas Instituições de Ensino Superior, assinada por diversas entidades da Educação, e reforçou a necessidade de manter a autonomia das instituições de ensino superior.

No dia seguinte (31), o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o veto para o passaporte de vacina alegando um ataque à autonomia universitária e que a decisão do MEC contraria evidências científicas e análises estratégicas em saúde, além de desestimular a vacinação.

“O ministro da Educação afirmar que não se pode cobrar o comprovante de vacinação vai contra tudo aquilo que a gente tem trabalhado nesse país para vencer esse momento pandêmico que vivemos. A vacina é de extrema importância e o ministro da Educação se comporta como o governo federal tem se comportado até agora, com uma política negacionista, antivacina e voltada para o extermínio da população pobre e periférica no país”, criticou Elizabeth Barbosa.

Povos indígenas e crianças enfrentam dificuldades em conseguir a vacina contra a Covid-19

Apenas 22% dos adolescentes de povos originários tiveram acesso à primeira dose do imunizante



A pandemia causada pela Covid-19 tem dado sinais claros de que ainda está longe de acabar. No começo de 2022, o mundo todo assistiu ao crescimento exponencial dos números de novos infectados, motivado pelas variantes ômicron e delta. Já o volume de mortes seguiu recuando, relacionado ao avanço da vacinação em adultos.

De acordo com dados levantados pelo consórcio dos veículos de imprensa, mais de 69% das pessoas acima dos 18 anos já tomaram as duas doses necessárias para imunização e 18,54% receberam a dose de reforço. Porém, determinados grupos, como adolescentes e crianças indígenas ainda não conseguiram acesso a vacina.

Segundo dados consolidados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) até janeiro de 2022, 1.254 indígenas de 162 povos diferentes, que vivem nos territórios tradicionais ou urbanos, perderam a vida para a covid-19. Mais de 63 mil indígenas tiveram casos confirmados da doença.

O primeiro caso de infecção por Covid-19 entre povos indígenas no Brasil foi notificado em 25 de março de 2020. Uma

jovem do povo Kokama foi contagiada por um médico de São Paulo, que estava a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). O Povo Kokama, do município amazonense Santo Antônio do Içá segue, até hoje, com o maior número de mortes causadas pelo vírus.

Apesar da prioridade indicada pelo Plano Nacional de Imunização (PNI), os povos originários estão encontrando dificuldades para ter acesso às doses necessárias para garantir a imunização completa. Segundo o Informe Epidemiológico apresentado pelo Ministério da Saúde, por meio da Sesai, até dezembro de 2021, 89% dos indígenas de 18 anos ou mais receberam, ao menos, a primeira dose. Porém, esse número cai para 22% quando se trata de adolescentes entre 12 e 17 anos.

Um dos motivos para índices tão baixos na vacinação de adolescentes indígenas e quilombolas em relação ao restante da população foi a demora na liberação das doses pelo Ministério da Saúde, que somente em outubro de 2021 permitiu que a campanha de vacinação tivesse início. No resto do Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa) havia autorizado a aplicação em junho do mesmo ano.

Vacinação em crianças

No Brasil, durante o mês de dezembro, servidoras e servidores da Anvisa sofreram duras críticas do Governo Federal após a divulgação de um parecer liberando a vacina da fabricante Pfizer para crianças de 5 a 11 anos. Após protestos, foi aberta pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 uma consulta pública e realizada audiência com o mesmo tema. O Ministério da Saúde anunciou, então, que as primeiras doses do imunizante pediátrico chegariam ao país antes do fim da primeira quinzena do mês de janeiro.

David Seremramiwe, indígena da etnia Xavante, foi a primeira criança brasileira vacinada contra a covid. Ele recebeu a sua dose na sexta-feira, 14 de janeiro. Dois dias depois, as primeiras doses pediátricas foram aplicadas no Distrito Federal, em crianças de 11 anos ou a partir de 5 anos com comorbidades, deficiências, indígenas e quilombolas, como especificado no PNI. Nos outros estados, a vacinação começou na segunda-feira, 17 de janeiro.

Docentes apoiam a imunização

DANDARA



Zaira Fonseca, 1ª secretária da Regional Norte II do ANDES-SN, levou sua filha Dandara, de 5 anos de idade para ser vacinada. “As vacinas fazem parte do nosso cotidiano de cuidados com os filhos e a preocupação com a contaminação pela Covid-19 e suas possíveis consequências eram constantes. Ter uma vacina disponível dá muito mais tranquilidade e segurança”, declarou.

Moradora de Belém do Pará, a professora relatou não ter encontrado dificuldades para conseguir a primeira dose do imunizante. “Se há uma forma de proteger nossos filhos nesse momento, é pela vacinação e cumprimento dos protocolos de biossegurança”, disse a diretora do Sindicato Nacional.

PEDRO



Joselene Mota, 1ª vice-presidenta da Regional Norte II do ANDES-SN, também aproveitou o primeiro dia da nova campanha de vacinação para levar o seu filho, Pedro Gabriel, de 11 anos, para receber a primeira dose. Segundo ela, esse momento foi ainda mais marcante devido às perdas sofridas durante a pandemia. “Minha mãe, avó do Pedro, foi vítima da Covid-19 logo nos primeiros casos, quando não existia vacina. E mesmo depois do imunizante ter sido criado, o governo retardou as compras e travou a autorização dessas vacinas no Brasil. Perdemos vizinhos, amigos, pessoas conhecidas”, conta ela.

A docente também destaca que vacinar as crianças é garantir o direito básico à vida, à saúde, e principalmente direito de ser criança “O Pedro ficou isolado durante dois anos, foi obrigado a se afastar do convívio social, do contato com outras crianças”, lembrou Joselene, que também é moradora de Belém do Pará.

FRANCISCO



Do outro lado do Brasil, na cidade de São Lourenço do Sul (RS), Márcia Umpierre, presidenta da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande (Aprofurg seção sindical do ANDES-SN), correu para garantir a imunização do seu filho, Francisco Umpierre Terra, de 9 anos.

Com altas expectativas sobre a vacinação, a docente acompanhou com atenção todas as movimentações do governo. “Eu estava angustiada com a demora. Quando a Anvisa liberou a vacinação e o presidente e o ministro da Saúde começaram com exigências absurdas, só aumentou a minha revolta com esse governo negacionista”, comentou.

“Vacinem os seus filhos, como eu sei que fizeram tantas vezes desde que eles nasceram. O meu filho não teve nenhuma reação à vacina, apenas uma dor no braço. E mesmo que tivesse tido alguma reação, ainda seria melhor do que qualquer tratamento caso ele fosse internado em um hospital”, pede a professora.

"Mesmo com todas as dificuldades e desafios, iniciamos 2022 com aposta na construção da unidade", aponta presidenta do ANDES-SN



Em entrevista ao InformANDES-SN, Rivânia Moura, presidenta do Sindicato Nacional, avalia as ações do ano passado e os desafios que a categoria docente e a classe trabalhadora terão para 2022.

Confira!

Diante do cenário que já se desenha em janeiro, quais as perspectivas para as lutas de 2022? Quais serão os eixos centrais da atuação do ANDES-SN?

Nós iniciamos 2022 com muitos desafios. Temos vivenciado um período muito difícil, em que se aprofunda a política de ajuste fiscal, aliada a uma política com traços antidemocráticos e a retirada de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora. Além disso, estamos enfrentando a terceira onda da pandemia e temos também um ano eleitoral. Será um período repleto de particularidades que tornam esses desafios ainda maiores.

No âmbito dos servidores públicos, nacionalmente, encerramos o ano de 2021 com uma vitória da luta. Conseguimos, através da organização e da construção da unidade na luta, barrar votação da PEC 32. Passamos 14 semanas com atividades contínuas em Brasília (DF), no aeroporto, no

Anexo 2 da Câmara, nos ministérios da Economia e da Educação, na Praça dos Poderes. Tivemos um acúmulo da luta, que nos faz também iniciar 2022 com essa aposta na construção da unidade, mesmo com todas as dificuldades e com todos os desafios.

Diante desse cenário, as perspectivas de luta para 2022 é de que possamos continuar a construção da unidade no âmbito do serviço público, no âmbito da educação e no âmbito da classe trabalhadora de modo mais geral.

Temos várias pautas que são prioritárias, urgentes e centrais para o ANDES-SN. No âmbito da educação, vivemos nesse último período grandes ataques, a começar pela questão do orçamento, que tem sido uma retirada concreta de recursos, o que dificulta pensar inclusive no outro desafio, que é o retorno presencial. Essa a questão do orçamento é um grande desafio e deve ser eixo central da nossa luta.

Outro grande desafio, que deve

ser central da nossa luta, é pensar o retorno presencial e exigir as condições para que ele se dê com segurança. Ainda em 2021, nós discutimos e aprovamos no âmbito dos setores do ANDES-SN diretrizes gerais para um plano educacional e sanitário já pensando na questão do retorno presencial, para que isso fosse cobrado em cada instituição, discutido com as demais categorias dentro de cada instituição, para pensar os espaços coletivos, os restaurantes universitários, as residências, o transporte e a sala de aula, os laboratórios, há um conjunto de questões que perpassa a volta às atividades presenciais. Quero reafirmar que nós queremos o retorno presencial, no sentido de que a nossa defesa sempre foi pela educação presencial, pública, de qualidade socialmente referenciada, mas esse retorno não pode ser feito de qualquer forma. Nós queremos voltar para nossa sala de aula, para os nossos laboratórios, para nossos

projetos de extensão, de pesquisa, porque é o nosso local de trabalho, é o nosso espaço, é a educação que a gente constrói e que a gente defende como um processo dialógico, como um processo participativo, que só a presencialidade pode dar, mas isso não pode ser feito de qualquer modo.

No âmbito da educação, temos vivenciado ainda outro grande ataque desde o início do governo Bolsonaro, que diz respeito às intervenções. É uma prática que joga no lixo autonomia universitária conquistada na nossa Constituição e desconsidera qualquer decisão da comunidade acadêmica. Outro tema que deve ser central esse ano para as nossas lutas, e que já iniciamos o ano nesse processo de mobilização, é a construção da greve dos servidores públicos, que continuam sua jornada de luta em defesa do serviço público [contra a PEC 32 e pela revogação da EC 95] e que agrega a essa pauta salarial.

O Sindicato Nacional deve realizar seu 40º Congresso - primeiro evento deliberativo presencial desde o início da pandemia – no final de março. Quais as expectativas para esse Congresso?

Gostaria primeiro de ressaltar o nosso empenho, enquanto diretoria nacional, para a realização 40º Congresso do ANDES-SN. É um congresso que exige muito na sua forma de preparação, porque precisa ser pensado e construído levando em conta o momento da pandemia, a necessidade de manter a segurança sanitária para os participantes. Pensamos nesse congresso pela sua importância, por ser o primeiro presencial desde o início da pandemia, mas também pelo papel que terá de atualização do nosso Plano de lutas diante dessa conjuntura. Esperamos promover grandes debates, atualizar o plano de luta no âmbito dos setores e, no plano geral de luta, reafirmar esse sindicato como instrumento de luta da classe trabalhadora e na manutenção do nosso sindicato como um instrumento autônomo, independente, de classe, porque isso que faz do ANDES-SN essa grande referência para o movimento sindical no nosso país. Esperamos também fazer o reencontro presencial da nossa categoria depois de dois anos,

respeitando as medidas sanitárias, as condições de vacinação, de testagem dos participantes, dos equipamentos de segurança individual e coletiva.

No ano passado, o ANDES-SN lançou a campanha “Defender a Educação Pública – essa é a nossa escolha para o Brasil”. Como você avalia os resultados da campanha até o momento? Quais as próximas etapas?

A campanha “Defender a educação pública, essa é a nossa escolha para o Brasil” foi aprovada no âmbito da nossa categoria, tendo como eixo principal debater a questão do orçamento para a educação pública, pois entendemos que esse é um dos principais entraves para que se possa pensar de fato num projeto de educação pública que atenda os filhos e filhas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a campanha extrapolou muito as ações que tínhamos pensado e atingiu um público para além das universidades, institutos e cefets, para além da comunidade acadêmica, para além dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e estudantes. Abrimos um diálogo com a sociedade sobre a importância da educação pública. Queria ressaltar em especial esse tema: “Defender a educação pública, essa é a nossa escolha para o Brasil”. Primeiro, quisemos marcar que não é qualquer educação, porque há várias campanhas nacionais falando sobre a educação, mas a educação que defendemos é a educação pública, financiada com recurso público, que não seja excludente, que não seja elitista. É esse tipo de educação que a gente defende. A segunda parte do tema, que diz essa é a nossa escolha para o Brasil, também tem esse sentido de trazer a luta histórica do ANDES-SN, que vai continuar em defesa da educação pública em qualquer cenário, com qualquer governo, com qualquer dirigente de universidades, institutos e cefets.

Nós iniciamos a campanha em setembro de 2021 e fizemos diversas atividades nacionais. Encerramos o ano com uma semana em defesa da educação que se realizou em Brasília, com atividades desde a rodoviária de Brasília e atividades em frente ao MEC, junto com os servidores público contra a PEC 32, e também na periferia de Brasília, com a juventude. Tivemos uma diversidade de ações que contemplou públicos muito diferentes. Agora, a perspectiva é que o

material dessa campanha - filmes, cards, textos seja também o material de ações nas nossas seções sindicais. Ou seja, trazer as ações da campanha e o material que foi produzido para ser debatido, divulgado, socializado no conjunto das nossas instituições de ensino. Nós tivemos um orgulho imenso fazer essa campanha num cenário tão difícil.

Além das pautas específicas da categoria, no ano passado o Sindicato Nacional também esteve envolvido em diversas outras lutas e ações de solidariedade. Como você avalia essa atuação e qual a perspectiva para 2022?

Nós tiramos como um dos eixos principais das nossas ações em 2021, durante o período da pandemia, a questão da solidariedade de classe e durante todo o ano de 2021 promovemos ações de solidariedade, contribuindo com as cozinhas comunitárias do MST e do MTST nacionalmente, todos os meses. Para além dessas cozinhas nacionais, nós contribuimos com mais de 50 cozinhas nos estados. Foram ações extremamente importantes de combate à fome, de solidariedade, feita por trabalhadores e trabalhadoras para trabalhadores e trabalhadoras. Tivemos também um momento muito significativo de proximidade e de avanço de construção na luta junto aos povos indígenas e quilombolas, que ocuparam Brasília em diversos momentos durante o ano de 2021. O ANDES-SN contribuiu para que essas ocupações fossem possíveis, com ações políticas, mas também principalmente financeiras. Nossa perspectiva para 2022 é que possamos continuar construindo a unidade junto com a classe trabalhadora e expressando isso também em ações de solidariedade de classe, que possibilitem aos trabalhadores e trabalhadoras se organizarem e lutarem, pois como já dizia o próprio Marx a gente precisa lutar, mas para lutar a gente precisa comer, a gente precisa ter onde morar, a gente precisa se vestir, a gente precisa se manter. Então, é nesse sentido que a solidariedade de classe se faz imprescindível, para que possamos apostar na organização política da nossa classe e nas lutas tão urgentes e tão necessárias.

29 DE JANEIRO
DIA DA **VISIBILIDADE TRANS**

PELO DIREITO
DE SER QUEM

Você é!

